

## DE ALDEADO A LIVRE POBRE

Os casos de Rufina e dos ervateiros do Êre (Guarapuava 1853-1873)

Rosângela Ferreira Leite\*

A colônia indígena de Guarapuava foi uma das mais importantes e antigas do centro oeste paranaense. Criada em 1810, durante a ocupação de Diogo Pinto aos campos, esse aldeamento durou até 1825, quando foi destruído por uma tribo rival<sup>1</sup>. Mesmo após a devastação do aldeamento, os kaingang, originários dos campos de Guarapuava, permaneceram na região lutando contra invasores e, por vezes, promovendo revoltas contra seus tutores, os colonizadores europeus<sup>2</sup>.

Durante o período imperial, o aldeamento foi sustentado de forma parca pelos cofres públicos, dessa forma, o que se figurava aos olhos do Barão de Antonina não era um aldeamento propriamente, mas, a predominância de kaingang espalhados pelas fazendas locais<sup>3</sup>.

A partir de 1855, foi feito um plano para melhorar as condições do aldeamento. Algumas medidas previam recursos para transformar os índios em agricultores, delimitar melhor suas terras e proporcionar educação moral<sup>4</sup>. Neste momento, quarenta e cinco anos após as primeiras investidas, os colonizadores começavam a identificar sinais de civilização dos kaingang:

“Compõe-se de índios que vivem de tal sorte confundidos com a gente civilizada, e tão correntes na língua portuguesa, ainda que entre si pratiquem no seu idioma, que dentro de poucos anos não apresentarão, talvez, nem sequer traços de sua nacionalidade.”<sup>5</sup>

O presidente da província, no relato acima, apresenta uma nova categoria que vivia nos campos de Guarapuava, eram os remanescentes dos aldeamentos que permaneceram junto ao povoado mesmo após o término da política de catequização compulsória.

Nesta comunicação, aborda-se a organização do aldeamento indígena de Guarapuava, nas décadas de cinquenta e sessenta do século XIX, buscando-se verificar o processo de incorporação dos índios aldeados ao trabalho de colheita da congonha - planta nativa no centro oeste paranaense - e no universo da comunidade local. Para tanto, se utilizará dois documentos; o primeiro trata-se de uma correspondência enviada por um membro da elite local ao presidente da província contestando o avanço de um grupo de 120 ervateiros sobre terras consideradas apossadas; o segundo refere-se ao registro de batizado de uma cabocla que pretendia realizar sua cerimônia de matrimônio na paróquia da vila de Guarapuava.

A primeira fonte oferece um panorama geral das relações de trabalho e disputas na produção do mate; a segunda descortina o cotidiano e a tentativa de inserção de uma descendente de aldeados no universo dos brancos. Por meio do cotejo desses dois documentos, pretende-se discutir a passagem da condição de índio aldeado à situação de trabalhador livre pobre, em Guarapuava, no início da segunda metade do XIX.

---

\*Realiza doutorado em História Econômica na USP, sob financiamento do CNPq e orientação da Profa Dra Vera Lucia Amaral Ferlini.

Em correspondência do ano de 1861, um morador da região de Guarapuava-PR, escrevia ao presidente da mesma província para denunciar a presença, nos campos Êre, de, aproximadamente, 120 pessoas reunidas “fazendo herba mate com seu patrão e explorando ervais”<sup>6</sup>

Para Joaquim Dias da Rocha, o autor da carta, o problema central era o avanço de homens sobre terras que, segundo ele, já estavam repartidas. O autor dedica parte de sua correspondência à tarefa de nomear quem eram os beneficiários daquela vasta porção de terra.<sup>7</sup>

A correspondência, incisiva e direta propõe, ao presidente da província, um rateio, entre sete homens, dos campos Êre. Ao que tudo indica, estes campos eram ricos em congonha.<sup>8</sup>

É preciso ressaltar que os 120 coletores não formavam um grupo autônomo e organizado que decidiu colher e produzir mate por conta e risco. Segundo o relato de Dias da Rocha “havia patrões conduzindo esta grande empreitada”.

A correspondência de Dias da Rocha é permeada por desafeto aos bárbaros sujeitos que avançavam sobre a mata inóspita, colhiam mate e “faziam posse”.

Vale lembrar que neste momento histórico o mate paranaense ganhava espaço no mercado internacional<sup>9</sup> e que, portanto, a procura por este produto havia crescido, mas não era apenas o produto que interessava. A correspondência de Joaquim Dias da Rocha deixa entrever a idéia de que as terras produtivas e produtoras de ervais nativos estavam sendo cobiçadas pelos grupos locais, ou seja, não bastava colher a erva, era preciso garantir o domínio sobre as áreas produtivas. Dessa forma, é que o mate, nesta região, aparece como causa e, ao mesmo tempo, consequência do avanço sobre novos territórios. Se o avanço definia novas fronteiras, ele próprio, gerava colheitas que esgotavam as congongas, que precisavam ser conquistadas em novas regiões. As áreas exploradas se conformariam, depois de quatro anos em novos ervais<sup>10</sup> e, seriam, neste segundo momento da exploração, áreas produtivas, já exploradas e dominadas. Dessa forma, o processo de avanço sobre a mata consumia sua mão de obra - o ervateiro que se interiorizava, se afastava da civilização e passava a viver como errante – mas, ao mesmo tempo, criava um rastro de terras valorizadas e aptas para novas colheitas.

É na ponta deste processo de apropriação de bens naturais, produção de mercadoria e valorização da terra que se encontravam os desbravadores da mata, ou seja, os coletores do mate nos ervais nativos. No exemplo utilizado neste texto, são 120 homens sem identidade, rosto ou referência mais apurada; 120 trabalhadores livres, movendo a máquina rápida das transformações históricas e produzindo incômodo digno de reclamação ao presidente da província.

Na Paróquia Nossa Senhora de Belém de Guarapuava, no mesmo período, outra trabalhadora livre causava mal estar à sociedade. Era Rufina, filha de “selvagens” e batizada por padrinhos brancos. Rufina era agregada na casa do major Francisco Manoel de Alves França, “com a família do major vivia” e fazia serviços domésticos. A cabocla estava contraindo o batizado para se casar. É de supor que o casamento também seria celebrado na igreja da paróquia Nossa Senhora de Guarapuava, com um pretendente branco, ou mestiço<sup>11</sup>. Na lista de batismo dos brancos Rufina era a única que destoava.

Aparentemente Rufina estava completamente incorporada ao mundo dos brancos: professava a mesma fé, contraía os mesmos sacramentos e estava registrada no mesmo livro; no entanto, seu documento de batizado acusava sua condição de filha de índios aldeados.

Qual era a situação de Rufina afinal?

Sendo filha de aldeados, os pais de Rufina já tinham vivido em uma situação diferente da tribo, portanto, essa mulher, provavelmente, não conseguiria mais viver ao lado de seus parentes na floresta. Se por um lado, o contato e circulação no universo branco a afastava dos costumes de seus ancestrais, por outro, a permanência de traços da cultura indígena a impedia de ser plenamente incorporada à sociedade guarapuavana.

É preciso reconhecer que Rufina não podia mais ser considerada índia (no sentido cultural) e fora da situação de agregada ela teria dificuldade em produzir suas condições de vida. Separada dos ariscos da floresta, Rufina trabalhava, circulava por uma sociedade que a incluía e excluía ao mesmo tempo.

Tanto o registro de Rufina, quanto a carta de Joaquim Dias da Rocha demonstra um profundo incômodo com essa camada trabalhadora dos campos de Guarapuava. Nos dois casos há uma invasão de espaços: Rufina invadiu o espaço da cultura e dos costumes dos brancos, os coletores de mate do Êre invadiram terras, modificam fronteiras e transformam o espaço econômico da produção do mate. Rufina e os coletores têm uma outra semelhança, são, provavelmente, caboclos, descendentes de índios incorporados, durante a primeira metade do XIX, ao aldeamento indígena de Guarapuava.

A atual historiografia paranaense<sup>12</sup> tem refutado a idéia de incorporação dos grupos aldeados às sociedades locais. Segundo estes estudiosos, a cultura indígena não se dissolveu diante de modelos impostos pela classe branca, dominante e provedora de um projeto nacional.

Compreendemos que não é possível analisar o processo de marginalização sem reconhecer o trabalhador em sua relação com o capital que hora o engloba e hora o repele. Dessa forma, inclusão e exclusão são interfaces de um processo econômico datado historicamente e que deve ser compreendido em seu conjunto.<sup>13</sup>

É nítido o fato de que nem Rufina, nem os coletores do Êre estavam completamente integrados à sociedade da época, no entanto, é preciso apurar o olhar sobre a nova condição imposta a esta camada. Incorporados enquanto força produtiva e apartados enquanto membros da sociedade, Rufina e os ervateiros se refizeram e, em meio a uma nova situação histórica, devoraram e foram devorados por seus colonizadores<sup>14</sup>, fazendo surgir, assim, novas criaturas, desajustadas por essência da sociedade que as produziu.

## Notas

<sup>1</sup> Veja-se *Diogo Pinto e a Descoberta dos Campos de Guarapuava*. Pp 12.

<sup>2</sup> Eduardo Viveiros de Castro, em seu texto *O Mármore e a Murta*, ressalta que a guerra contra as tribos inimigas era uma condição intrínseca à cosmogonia tupinambá, dessa forma, a vingança não se figurava como uma consequência, “mas a condição de possibilidade e a causa final da sociedade – uma sociedade que existia por e para os inimigos” (p241). No estudo das tribos kaingang do Paraná devemos levar em consideração o duplo sentido da guerra aliado a insistência de permanência no território que hoje compreende a região de Guarapuava. Se por um lado é possível compreender a insistência das tribos kaingang como uma forma de manutenção de seu território, por outro, a permanência nos campos de Guarapuava tinha um sentido profundo de legitimidade da tribo frente aos ataques inimigos. Dessa forma, se afastar de seu território significava sucumbir-se ao inimigo e perder o sentido do tempo e da vida em grupo. As discussões historiográficas têm, em larga medida, se apegado à tese que as longas guerras nos campos de Guarapuava estiveram ligadas à luta dos índios pela terra, quando o problema, em nosso entender, parece ser mais complexo.

<sup>3</sup> Zacarias de Góes e Vasconcellos. *Relatório do Presidente da Província do Paraná*. Curitiba, 1855.

<sup>4</sup> Veja-se Lucio Tadeu Mota. *As Colônias Indígenas no Paraná Provincial*. Curitiba, 2000. p 142.

<sup>5</sup> Relatório do Presidente Roham, 1855. Apud: Lucio Tadeu Mota. *As Colônias Indígenas do Paraná Provincial*. Curitiba, 2000. pp142.

<sup>6</sup> Joaquim Dias da Rocha. Correspondência enviada ao presidente da Província do Paraná. Arquivo Público de Guarapuava. Caixa 08, no.054, 1861.

<sup>7</sup> Id. Ibid.

<sup>8</sup> Segundo Joaquim Dias da Rocha os arrendatários dos ervais ocupados eram: Frederico de Mascarenhas Camello, José Leite de Meneses, José Manoel Coelho, Manoel Sampaio, Francisco Gomes, Antônio de Almeida Portela, João Cipriano da Rocha. Estes, tinham tomado posse do território em um período anterior à Lei de terras de 1850 e, no momento da escrita do documento (1861), estavam tendo que disputar a concessão da colheita do mate, nestes territórios, com “novos” e “ilegítimos” ocupantes.

<sup>9</sup> A Guerra entre Brasil com o Paraguai, para além das disputas políticas e territoriais, abriu um filão de mercado para o mate brasileiro. Se antes a Argentina consumia a erva Paraguaia, no período de guerra, quando os argentinos se alinharam ao Brasil e Uruguai, formando a tríplice aliança, o então presidente Mitre cortou as relações comerciais com o país inimigo e passou a importar o mate brasileiro. A maior produção de mate para exportação, neste período, vinha da província do Paraná. Frente às novas demandas, essa província de incipiente volume produtivo, ampliou o quanto pôde sua produção: em 1865 o Paraná havia exportado 8.218 toneladas de mate, em 1868, ano em que se consolidou a

guerra entre a Tríplice Aliança e o Paraguai, o Paraná exportou 12.462 toneladas de mate, sendo que mais da metade do produto (6440 toneladas) foram para Buenos Aires, o restante da produção foi comercializado com o Uruguai e Chile.

<sup>10</sup> Quatro anos é o tempo médio que a árvore produtora do mate demora para se refazer, após o corte de suas folhas.

<sup>11</sup> Livro de Batizados da Paróquia Nossa Senhora de Guarapuava. Documento no 206. 1855.

<sup>12</sup> A corrente dos historiadores que refuta a incorporação dos índios aldeados à sociedade do XIX é representada, principalmente, por Lúcio Tadeu Mota e Kimie Tommasino.

<sup>13</sup> Veja-se *A lei Geral da Acumulação Capitalista* in: O Capital. Karl Marx. pp 187-259.

<sup>14</sup> Metáfora empregada por José de Sousa Martins. *Fronteira: A Degradação do Outro nos Confins do Humano*. pp.151.

## Bibliografia

### Livros, teses e artigos:

**ABREU**, Acyoli Terezinha Grumber de. *A Posse e o Uso da Terra. Modernização Agropecuária de Guarapuava*. Dissertação de Mestrado. Curitiba: UFPR, 1981.

**BLOER**, Neusa Maria Sens. *Brava Gente Brasileira. Migrantes Italianos e Caboclos nos Campos de Lages*. Florianópolis: Cidade Futura, 2000.

**CASTRO**, Eduardo Viveiros de. *A Inconstância da Alma Selvagem*. São Paulo: Cosac & Naif, 2002.

**COELHO**, Carlos Alberto Teixeira. *Pelas Selvas e Rios do Paraná*. Curitiba: Guairá, 1946.

**COSTA**, Samuel Guimarães. *A Erva Mate*. Curitiba: Farol do Saber, 1995.

**FRANCO**, Maria Sílvia de Carvalho. *Homens Livres Pobres na Ordem Escravocrata*. São Paulo: Kairós, 1983.

**IANNI**, Octavio. *Apogeu e Crise da Escravatura no Brasil Meridional*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1962.

**KOWARIK**, Lúcio. *Trabalho e Vadiagem. A Origem do Trabalho Livre no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

**LANNA**, Ana Lúcia de. *A Transformação do trabalho*. Campinas: Editora da Unicamp, 1989.

- LINHARES**, Temístocles. *História Econômica do Mate*. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1969.
- MARTINS**, José de Souza. *Fronteira a Degradação do Outro nos Confins do Humano*. São Paulo: Hucitec, 1997.
- MARX**, Karl. *A lei Geral da Acumulação Capitalista*. In: O Capital Crítica da Economia Política. São Paulo: Nova Cultural, 1985. Volume I, Livro 1º, Tomo 2, Capítulo XXIII.
- MIRANDA**, Nego & Tereza Urban. *Engenhos e Barbaquás*. Curitiba: Prosigraf, 1998.
- MOTA**, Lúcio Tadeu. *As Colônias Indígenas no Paraná Provincial*. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 2000.
- MONTEIRO**, John Manuel. *Negros da terra. Índios e Bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- NUNES**, Adilson Miranda & Celso Eli Oglari & Pedro Piran. *A Erva Mate na Conjuntura Econômica Paranaense da Segunda Metade do Século XIX e Início do XX*. Revista Educação Hoje. Palmas, FFCL, Volume IX, 1983.
- OLIVEIRA**, Ricardo Costa de. *O Silêncio dos Vencedores. Genealogia, Classe Dominante e Estado no Paraná*. Curitiba: Moinho do Verbo, 2001.
- PEREIRA**, José Veríssimo da Costa. *Ervais*. In: Tipos e Aspectos do Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, 1970.
- RENK**, Arlene. *A Luta da Erva Um Ofício Étnico no Oeste Catarinense*. Chapecó: Grifos, 1997.
- SANTOS**, Zeloí dos. *Os Campos de Guarapuava na Política Indígena do Estado Provincial do Paraná*. . Dissertação de Mestrado Guarapuava/Assis:UNESP/ Unicentro. Guarapuava/Assis, 1999.
- WACHOWICZ**, Ruy Chistovam. *História do Paraná*. Curitiba: Editora dos Professores, 1967. 185 p
- \_\_\_\_\_ *O Papel dos Índios na Ocupação do Sudoeste Paranaense*. Boletim do IHGEPR, Volume XL, 1983.